NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

MAURE

O rito do Bicentenário no 7 de setembro

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), manteve a parada militar de 7 de Setembro na Avenida Presidente Vargas, como acontece tradicionalmente, por solicitação dos próprios militares. Na capital fluminense se concentram as principais unidades das nossas Forças Armadas – Vila Militar, Baía de Guanabara e Base Aérea de Santa Cruz. O presidente Jair Bolsonaro havia anunciado que o desfile seria na Praia de Copacabana, onde tradicionalmente se reúnem seus apoiadores. O desfile militar sempre começa na Candelária e termina em frente ao Quartel General do Exército, no Campo de Santana, onde foi proclamada a República. A polêmica mexe com símbolos e pode se transformar num rito de passagem das eleições de outubro deste ano.

A Avenida Atlântica é um símbolo do Movimento Tenentista, ou seja, das revoltas da jovem oficialidade contra seus comandantes, porque a primeira delas ocorreu em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, conhecida como Revolta dos Dezoito do Forte, em protesto contra eleição de Arthur Bernardes, em março daquele ano. No dia 4 de julho de 1922, o capitão Euclides Hermes da Fonseca — filho do Marechal Hermes da Fonseca, que estava preso — e o tenente Siqueira Campos preparavam o forte para a revolta que se iniciaria na manhã do dia seguinte. Segundo seus planos iniciais, alguns estados brasileiros e áreas militares do Rio de Janeiro participariam do levante, mas o governo federal já sabia da organização militar e a impediu.

Em 5 de julho, o Forte de Copacabana foi bombardeado fortemente a mando do governo. Euclides Hermes da Fonseca e Siqueira Campos receberam um telefonema do ministro da Guerra, solicitando a rendição dos rebelados. Dos 301 militares que estavam no forte, renderam-se 272. O capitão Euclides Hermes saiu do forte para negociar com o Ministro da Guerra e acabou sendo preso. Os que permaneceram no forte, sob o comando do tenente Siqueira Campos, não bombardearam a cidade como anunciaram, mas saíram em marcha pela Av. Atlântica. No caminho, alguns militares abandonaram a revolta, restaram apenas 18. No fim da marcha, os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes ficaram feridos, além de dois soldados: os demais morreram em combate. Foi a primeira de uma sucessão revoltas que desaguaram na Revolução de 1930. A marcha pela Avenida Atlântica foi um rito de passagem na história política e militar do país.

> NÃO HÁ UM PROJETO DE NAÇÃO INTEGRADO AO MUNDO PÓS-MODERNO, CAPAZ DE CONSTRUIR UM NOVO CONSENSO NACIONAL. ESTAMOS NAUFRAGANDO NUM MAR DE INIQUIDADES

Falta coesão social

Os ritos de passagem foram estudados pelo antropólogo franco-holandês Arnold van Gennep (1873-1957), que classificou grande variedade de rituais em três categorias, no livro do mesmo nome, publicado em 1909, a partir de padrões cerimoniais recorrentes: ritos de separação, ritos de margem e ritos de agregação. Todos os ritos de passagem contêm as três fases, porém, cada qual enfatiza um dos aspectos. Os ritos de nascimento enfatizam a agregação, enquanto os funerários, a separação. A fase de margem, especificamente, constitui uma etapa autônoma. Na análise ritual de van Gennep, muita vezes, é a fronteira entre o sagrado e o profano.

A importância da análise de van Gennep está na ênfase da "razão de ser" do rito e do mecanismo ritual, influenciando outros estudiosos, entre os quais Victor Turner (1920-1983), que incorpora a visão do rito como composto por etapas, e o antropólogo brasileiro Roberto Da Matta.

1922 marcou a história do século passado, com acontecimentos como a Revolta dos 18 do Forte, a fundação do antigo Partido Comunista e a Semana de Arte Moderna. Foram momentos seminais da história militar, política e cultural do país com características de ritos de passagem. O Centenário da Independência fora um ano de muita turbulência, no qual se debatia o futuro do país e a ideia da modernização, sobretudo a industrialização, passou a ser o eixo do nosso projeto de nação.

Neste Bicentenário, afora o debate que ocorre no mundo acadêmico, o Brasil parece atarraxado ao passado. Não existe um projeto de nação integrado ao mundo pós-moderno capaz de construir um "Tahoma" - novo consenso nacional -, como foi, por exemplo, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek nas eleições de 1950. É preciso construir a coesão social necessária para lançar o país num novo ciclo de crescimento e geração de oportunidades para todos. Estamos naufragando num mar de radicalização política e de iniquidades sociais, entre as quais a fome e a miséria absoluta.

O presidente Jair Bolsonaro, que concorre à reeleição, fomenta o radicalismo político e afronta as instituições democráticas, entre as quais a legislação eleitoral, as urnas eletrônicas, a Justiça Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal (STF). Aposta na balbúrdia política para desmoralizar o processo democrático e pretende transformar o 7 de Setembro, a data magna do Bicentenário de Independência, num rito de passagem, no qual o sagrado, o Estado democrático de direito, será profanado, se insistir em transferir o desfile militar para Copacabana e transformá-lo numa marcha miliciana, de militantes armados contra a oposição e a ordem democrática.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Honras ao coração de Pedro

Empréstimo da relíquia do imperador para comemorações preocupa governo português

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa — Em meio ao receio do governo português sobre os rumos da comemoração dos 200 anos da independência do Brasil — o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, confirmou presença no evento de Sete de Setembro, em Brasília —, há toda uma preocupação com uma relíquia: o coração de Dom Pedro I, que será exposto no país, no Palácio do Planalto e no Itamaraty, pela primeira vez. O órgão totalmente preservado do príncipe que declarou a libertação do país do jugo português ficará 20 dias em terras brasileiras.

O pedido de empréstimo do coração de Pedro I pelo Brasil, dentro das comemorações do Bicentenário da Independência, foi negociado durante meses. De início, houve muita resistência em tirá-lo do Porto, cidade escolhida em testamento pelo primeiro imperador brasileiro para ficar com a relíquia. Foi preciso um amplo processo de convencimento para que a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, guardiã do órgão, e, depois, a Assembleia Municipal do Porto aprovassem o deslocamento do coração real, que será transportado para Brasília em avião da Força Aérea Brasileira (FAB).

Permanência limitada

O embarque está previsto para 21 de agosto, com retorno em 8 de setembro. A meta do presidente Jair Bolsonaro era que o coração de Dom Pedro I — ou rei Dom Pedro IV, em Portugal — percorresse boa parte do Brasil e que o empréstimo durasse um ano. Mas, depois de ouvir um grupo de peritos, a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa limitou a permanência do órgão no Brasil por apenas 20 dias.

O coração de Dom Pedro I será recebido com honras de chefe de Estado, com tiros de canhão e acolhimento pelos Dragões da Independência. O deslocamento da relíquia, que está num mausoléu erguido em 1837 na Igreja da Lapa, é um fato inédito. Ao longo de quase 200 anos, poucas pessoas puderam ver o coração real.

O primeiro imperador do Brasil morreu em 24 de setembro de 1834, no Palácio de Queluz, em Sintra.